

FORMAÇÕES DISCURSIVAS SOBRE O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF EM REPORTAGENS DAS REVISTAS VEJA E CARTA CAPITAL

DISCURSIVE TRAINING ABOUT THE IMPEACHMENT OF DILMA ROUSSEFF IN REPORTS FROM MAGAZINES SEE AND CAPITAL LETTER

Anísio Batista Pereira¹
Antoniél Guimarães Tavares Silva²

Resumo: O presente estudo objetiva elucidar formações discursivas em duas reportagens das revistas Veja e Carta Capital, veiculadas em 2016, sobre o Impeachment da ex-presidente da República, Dilma Rousseff. Como suporte teórico-metodológico para esta pesquisa foram adotados conceitos integrantes da Análise do Discurso de linha francesa, como sujeito, discurso, formação discursiva e formação ideológica, de acordo com as formulações pecheuxtianas. Dessa forma, a partir desse arcabouço teórico, foi realizada uma análise comparativa das duas reportagens presentes nas duas revistas, atentando-se para tais conceitos tomados para análises. Em se tratando do teor discursivo sobre o processo de impeachment do governo do PT, verifica-se que as duas revistas se posicionam de forma contrária, sendo a Veja favorável e a Carta Capital contrária ao afastamento da presidente do poder, possibilitando destacar duas formações discursivas divergentes, resultantes de duas posições ideológicas antagônicas em meio ao discurso político.

Palavras-chave: Sujeito; Formação discursiva; Veja e Carta Capital.

Abstract: This study aims to elucidate discursive formations in two reports from Veja and Carta Capital magazines, published in 2016, on the Impeachment of former President of the Republic, Dilma Rousseff. As a theoretical and methodological support for this research, concepts from the French Discourse Analysis were adopted, such as subject, discourse, discursive formation and ideological formation, according to Pecheuxtian formulations. Thus, from this theoretical framework, a comparative analysis of the two reports present in the two magazines was carried out, paying attention to such concepts taken for analysis. Regarding the discursive content about the impeachment process of the PT government, it appears that the two magazines are in the opposite position, with Veja being favorable and Carta Capital opposing the removal of the president from power, making it possible to highlight two discursive formations divergent, resulting from two opposing ideological positions in the midst of political discourse.

Keywords: Subject. Discursive formation. Look. Capital Letter.

1 Doutorando em Estudos Linguísticos na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). É membro pesquisador do Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos (LEDIF/UFU/CNPq). E-mail: pereira.anisiobatista@ufu.br

2 Doutorando em Estudos Linguísticos na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). É membro pesquisador do Laboratório de Estudos Discursivos Foucaultianos (LEDIF/UFU/CNPq). E-mail: gui.antoniel@gmail.com

Considerações iniciais

A temática política se constitui em um campo fértil para discussões em várias áreas do saber, tendo em vista de que se trata de um assunto polêmico, repercutindo direta ou indiretamente sobre o sujeito pela sua formação ideológica. Vinculados aos sujeitos receptores/leitores estão os meios de comunicação, os quais acabam por influenciar a opinião pública em suas publicações, sobretudo, quando se trata de dois veículos de comunicação, possibilitando afirmar que as matérias analisadas tomam posições distintas, o que provoca contrapontos em relação aos posicionamentos dos sujeitos leitores/internautas.

Em relação ao processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, tema bastante difundido a partir do momento em que ela assume seu segundo mandato, isto é, em 2015, tal assunto se torna motivo de confronto nos mais variados meios de comunicação, seja na mídia eletrônica, na TV ou em revistas impressas. A repercussão desses fatos até o momento das reportagens selecionadas para análise, isto é, do afastamento da presidente, foi intenso, sendo que a resposta do público foi dada nas ruas pela polarização, dividindo a opinião pública de norte a sul do Brasil. Nesse sentido, vale considerar que um veículo de comunicação apresenta grande responsabilidade nesse aspecto, haja vista que são dispositivos de massa e as revistas são distribuídas semanalmente, e que os fatos ali presentes são tomados (ou não) pelo público-alvo como verdade. Vale destacar, também, que esses fatos serão interpretados pelo leitor conforme a formação discursiva (doravante FD) a que este está inscrito.

Assim sendo, foram selecionadas as revistas impressas *Veja* e *Carta Capital*, no sentido de realizar uma análise comparativa entre esses dois veículos de informação. Foram escolhidas exatamente esses pelo fato de apresentar, aparentemente, contraste de

posições político-ideológicas, sendo que a primeira materializa um discurso voltado para a direita e a segunda, de esquerda, podendo ser observada tal diferença nitidamente em suas reportagens. Esse aspecto que configura nossa hipótese serve como ponto de partida para este trabalho, uma vez que direciona nossas reflexões analíticas para um cunho comparativo.

Dessa forma, pelo discurso que se observa nesses dois veículos, é possível afirmar que as narrativas de uma vão de encontro com as da outra, o que justifica este estudo, tendo em vista as repercussões desses posicionamentos no âmbito de seus leitores. Consideramos que os posicionamentos sobre um mesmo objeto nos possibilitariam refletir como determinados discursos semelhantes entre si são produzidos a partir de variações de sentido, estas vinculadas às posições de sujeito que as determinam.

Para este artigo, adotou-se o arcabouço teórico-metodológico ligado à análise do discurso de linha francesa, em que as considerações de Michel Pêcheux (1995; 2008), Louis Althusser (1970), Jean-Jacques Courtine (2009) e Denise Maldidier (2003) foram elencadas, como principais estudiosos, possibilitando a identificação das formações discursivas nas duas reportagens. Nessa direção, foram realizadas, inicialmente, algumas discussões acerca de conceitos ligados à AD francesa, para depois adentrar na leitura das reportagens e, posteriormente, as conclusões sobre os resultados.

Formação discursiva: alguns desdobramentos

Pelo estudo em questão, se propõe a analisar duas reportagens das revistas *Veja* e *Carta Capital* (uma de cada), considerando os aspectos ideológicos contidos nas narrativas do acontecimento relacionado ao afastamento da

presidente Dilma Rousseff, no primeiro semestre de 2016. Para tanto, alguns elementos do discurso de linha francesa merecem uma abordagem, ainda que de forma rápida e longe de ser exaustiva, para uma melhor compreensão desses conceitos discursivos, adotados para fundamentação das análises do *corpus* em questão.

O ponto chave para as discussões que envolvem esse estudo é o conceito de formação discursiva, o qual é formulado, inicialmente, por Michel Foucault (2008) em *Arqueologia do Saber*, tomando como ponto de partida um sistema semelhante de dispersão de enunciados e suas regularidades. Por outro lado, Pêcheux (1995) faz uma releitura dessa abordagem de acordo com suas convenções, tomando a ideologia como ponto de partida para essa (re)criação que apresenta suas diferenças em relação às considerações foucaultianas, este não discute ideologia, mas sim, relações de poder, outra direção de sujeito do discurso, que não é nosso objetivo tratar aqui.

Nesse adentramento ao assunto, faremos uma breve apresentação de outros conceitos, para chegarmos à definição de formação discursiva, já que se trata de um conceito complexo e que envolve outros aspectos, como sujeito e discurso, não conveniente ser compreendido isoladamente. Vale elencar, então, a noção de sujeito a partir de nossa perspectiva teórico-metodológica. As palavras de Orlandi (2001), a qual faz uma leitura de Michel Pêcheux acerca desse assunto. Segundo a autora, o sujeito do discurso está intimamente ligado à história e à ideologia. Assinala que “o sujeito de linguagem é descentralizado, pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redundaria em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia” (ORLANDI, 2001, p. 20).

Esse aspecto, que define o sujeito do discurso do qual emergem atitudes inconscientes, é resultado

da descoberta desse fenômeno pela psicanálise, desenvolvida por Sigmund Freud³, além da Linguística Geral de Saussure (1995), que defende o processo linguístico como um sistema social, reforçando a ideia de que o sujeito da linguagem não é o centro de seu dizer. Esses se constituem em elementos-chave para a compreensão dos aspectos discursivos, de acordo com as reflexões teóricas apresentadas por Maldidier (2003), em especial dos gestos sobre os quais não se tem controle, que ocorrem de forma involuntária, colocando o sujeito na condição de efeito do discurso.

Nesse processo de descentramento do sujeito, o conceito de ideologia pode ser melhor entendido a partir das considerações de Althusser (1970), o qual faz uma explanação desse conceito a partir das teorias marxistas: Aparelhos de Estado (AE) e Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). Em síntese, esse autor considera como Aparelho de Estado os agentes repressores que têm a função de controlar a sociedade, que de certa forma mantêm a reprodução das classes sociais (burguesia x proletariado): “o Governo, a Administração, o Exército, a polícia, os Tribunais, as Prisões, etc.” (ALTHUSSER, 1970, p. 42-43).

Em se tratando da ideologia, o referido autor cita os chamados Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE): “religioso, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, da informação e cultural” (ALTHUSSER, 1970, p. 42-43), fatores sociais que influenciam os sujeitos nas produções de discursos, por meio dos quais esses sujeitos se “filiam” a uma ou a outra ideologia. Não se trata de uma livre escolha, mas de um processo de sujeição, algo imposto e que o sujeito nem se dá conta de que está sendo assujeitado. Sobre essa interpelação ideológica pelos sujeitos, no interior dos aparelhos ideológicos de Estado, esse autor reitera que

³ Para uma noção geral sobre a psicanálise freudiana, indicamos a leitura de FROES, H. Rumo ao inconsciente psicanalítico: das origens do conceito às primeiras elaborações freudianas. Lisboa, Portugal: Placebo Editora, 2013.

devemos dizer que, em si mesmos, os aparelhos ideológicos de Estado funcionam de um modo massivamente prevalente pela ideologia embora funcionando secundariamente pela repressão, mesmo que no limite, mas apenas no limite, esta seja bastante atenuada, dissimulada ou até simbólica. (Não há aparelho puramente ideológico). Assim a escola e a Igreja educam por métodos apropriados de sanções, de exclusões, de seleção, etc., não só os seus oficiantes, mas as suas ovelhas. Assim a Família... Assim o Aparelho IE cultural (a censura, para só mencionar esta), etc. (ALTHUSSER, 1970, p. 47)

As considerações destacadas sinalizam a noção de constituição do sujeito e o papel desses aparelhos ideológicos na sua formação, as quais se dão de forma implícita e que provocam o efeito de assujeitamento no âmbito social, e os discursos cumprem um papel de relevância nesse sentido, tendo em vista que o sujeito se constitui pelas práticas discursivas. O sujeito, no seu processo de constituição, emerge como efeito dos discursos que permeiam a sociedade, considerando a história e as ideologias que condicionam esses discursos. A ideologia pode ser entendida como a relação do indivíduo com suas condições de existência, que configura as posições que regem o homem e/ou a sociedade, a partir da qual o indivíduo é interpelado em sujeito, ideologia que é, de certa forma, imposta pelas instituições mencionadas. “A ideologia passa então a ser o sistema das ideias, das representações, que domina o espírito de um homem ou de um grupo social” (ALTHUSSER, 1970, p. 69).

O discurso é produzido e veiculado no âmbito social, por meio do qual o indivíduo se torna sujeito, por meio da ideologia, ligando-se à história, a outros sujeitos e a outros discursos ditos anteriormente, possibilitando uma troca de sentidos. Ao discurso é atribuída a noção de acontecimento, em que Pêcheux (2008) destaca o fator linguístico (estrutura) e o fator histórico (acontecimento), fato que possibilita atribuir ao discurso a característica de singularidade, que apesar de ser considerado um “já-dito”, ele é sempre único

e não se configura pela repetibilidade, já que anda de mãos dadas com a história e cada produção, retomando discursos ditos anteriormente, cujos sentidos se deslizam para o presente da enunciação, sentidos esses amparados pelo fator histórico, pelas suas condições de produção.

Nessa proposta, que consiste em tomar o discurso como acontecimento, nas suas formulações arqueológicas, Foucault (2008) também trabalha nessa perspectiva, como peculiaridade da não repetibilidade da enunciação em virtude de suas leis de existência, de acordo com as condições históricas de possibilidade. Embora a noção de sujeito em Foucault e Pêcheux se diferencie, nessa dimensão da história como elemento relevante para a definição de acontecimento, esses teóricos se aproximam.

No que tange às condições de produção, esse conceito é desenvolvido, inicialmente, a partir da psicolinguística, isto é, fatores psicossociais (COURTINE, 2009) que influenciam na produção dos discursos, como a visão que determinado sujeito tem de seus interlocutores e de si mesmos acabam por influenciar a produção de discursos. Além disso, o que está em jogo são as formações ideológicas que determinam os lugares dos sujeitos, permitindo-os à produção de determinados discursos e inviabilizando a dizerem qualquer coisa, uma vez que as formações ideológicas permitem ou não suas escolhas discursivas.

Isto posto, retomando as palavras de Orlandi (2001), a emergência de discursos se dá pelos sujeitos, mas levando-se em conta que eles são o reflexo da exterioridade que os determina, que os molda, são configurados pela história e pela ideologia. Essa peculiaridade constitutiva implica em dizer que “as relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2001, p. 21).

Nesse olhar sobre a constituição do sujeito, é possível interligar os conceitos de condições de produção e formação discursiva. Entende-se por condições de produção aspectos sócio-históricos que permitem que determinado discurso seja dito em um momento. A ideologia também é considerada grande aliada ao processo dessas condições de produção. Segundo Orlandi (2001, p. 30), “podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico”.

Assim sendo, as condições de produção desempenham importante papel no que tange ao entendimento do conceito de formação discursiva, que segundo Pêcheux (1995), é aquilo que, dentro de uma conjuntura e de uma ideologia dadas, determina o que pode e deve ser dito em um dado momento histórico. Nessa leitura, é possível afirmar que é a partir dessas condições e formações discursivas que os sentidos entram em cena. No âmbito dessas questões, a citada autora reitera que “o discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro” (ORLANDI, 2001, p. 43).

O conceito de sentido de uma palavra ou expressão pode ser melhor compreendido pelos estudos de Pêcheux (1995), que aborda sobre semântica e discurso. Segundo esse estudioso, o sentido muda de acordo com o contexto sócio-histórico e devido à configuração do sujeito, revelando, assim, que o sentido está intimamente ligado à ideologia. Segundo esse autor,

[...] as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. (PÊCHEUX, 1995, p.160)

Em consonância com esses destaques, as considerações de Pêcheux (2008) sublinham a importância da formação discursiva no discurso, pois se trata de posições-sujeito, que se vinculam à ideologia (ou às ideologias), possibilitando que os sentidos de um discurso sejam acionados, de acordo com as formações dos sujeitos. Vale destacar que um sujeito se filia a uma ideologia de acordo com sua identificação por esta ou por outra, porém, considerando-se que, na maioria das vezes, as ideologias são impostas, já que há processos de assujeitamento e que vários fatores sociais, mídia, política, escola, religião, enfim, moldam e impõem formas de se pensar e de ser (assujeitamento) aos sujeitos, bem como já mencionado anteriormente. Nessa perspectiva é que se faz necessário relacionar formações discursivas e formações ideológicas, levando-se em conta que um sujeito só diz algo a partir de sua formação ideológica que o permite dizer um discurso e não outro, em determinado momento na história.

Nessa concepção de formação discursiva e formação ideológica, afirma-se que um sujeito diz algo a partir de um lugar social que determina o que ele pode ou não dizer certo discurso e esse lugar é determinado pelos aparelhos ideológicos do Estado. E que assim constituído, a materialidade ideológica encontra-se no discurso, pelo qual ela ganha existência material. Além disso, as posições ideológicas determinam os sentidos das palavras no conjunto sócio-histórico das práticas discursivas (PÊCHEUX, 1995, p. 163, grifo do autor).

Além do aspecto ideológico, o pré-construído merece destaque nesse arcabouço teórico do sentido:

[...] a existência, no interior do discursivo, de deslocamentos que refletem a “exterioridade relativa” da formação ideológica: sem utilizar o termo [...], Michel Pêcheux descreve exatamente o *pré-construído*, este traço, no próprio discurso, de discursos anteriores que fornecem como que a “matéria-prima” da formação discursiva, à qual se cola, para o sujeito, um efeito de evidência. (MALDIDIER,

No processo discursivo, a memória apresenta sua importância como aliada ao conceito de formação discursiva, considerando-a como aquilo que já foi dito e que serve de base para a constituição do discurso novo do sujeito, tendo em vista que essa memória suscita o sentido no interior do próprio discurso. E esse sentido é construído pela formação ideológica, que entra no jogo dos sentidos construídos no interior da formação discursiva.

Ressalta-se que o conceito de memória discursiva foi inicialmente proposto por Courtine (2009), tomando por base a noção de formação discursiva de Foucault para seu empreendimento, pelo entrecruzamento entre enunciados e que coloca em seu bojo os saberes como sustentação teórica. “É então, exatamente, a relação entre interdiscurso e intradiscurso que se apresenta neste particular efeito discursivo, por ocasião do qual uma formulação-origem retorna na atualidade de uma ‘conjuntura discursiva’, e que designamos como efeito de memória” (COURTINE, 2009, p. 106, grifos do autor). A relação interdiscurso (relação com outros discursos) e intradiscurso (o sentido que a memória adquire na atualidade da enunciação) configura o discurso.

Nessa direção, Orlandi (2010) aponta a memória como interdiscurso, que um discurso se relaciona com outros discursos para a constituição dos sentidos. Para que esse sentido aconteça, faz-se necessário que se tenha dito anteriormente o discurso presente, uma vez que o sujeito se constitui pelo já-dito, fator que dá possibilidade de sentido aos dizeres. Ao se constituir na e pela história, essa memória do que já foi dito, o sujeito apresenta essa possibilidade de se dizer e seu discurso acionar esse sentido no discurso atual. Porém, vale destacar que os sentidos nunca são completos e/ou estáticos, sempre em movência e vinculados à história e aos

sujeitos. O discurso já dito “[...] não desaparece de todo. Ficam seus vestígios, de discursos em suspensão, in-significados e que demandam, na relação com o saber discursivo, com a memória do dizer, uma relação equívoca com as margens dos sentidos, suas fronteiras [...]” (ORLANDI, 2010, p. 67).

Pelas palavras de Pêcheux (1995) e dos demais teóricos elencados, sublinha-se que os conceitos de sujeito, discurso e ideologia são indissociáveis. Afirma-se que o sujeito se constitui pela história e pela ideologia, esta determinando o sentido do discurso. Pensando nesse aparato de conceitos pecheuxianos envolvendo o sujeito do discurso, considerando-se os processos ideológicos que o constituem, seguem as análises das duas reportagens da *Veja* e da *Carta Capital*, em que se dá o afastamento da presidente Dilma Rousseff, as formações discursivas ali presentes, as ideologias e o que está em jogo nesse embate de informações relacionadas ao discurso político.

Os discursos materializados nas reportagens: o contraste das revistas *Veja* e *Carta Capital*

Apresentamos um gesto de análise discursiva de duas reportagens (em anexo) publicadas respectivamente nas revistas *Veja* e *Carta Capital* que se referem à abordagem da aprovação do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Ambas foram retiradas do acervo na versão digital, para mostrarmos as propriedades dos elementos semânticos que configuram as formações discursivas predominantes, focando nos pontos sumários de divergências sociais, históricas e ideológicas.

Para tanto, propomos alguns recortes dos textos que tratamos aqui como sequências discursivas, isto é, materialidades de instâncias ideológicas nos dizeres de cada sujeito. Organizamos

quatorze enunciados, assim sendo, por sigla, sequência discursiva e revista, respectivamente dispostas no quadro:

Quadro 1: Fragmentos das reportagens.

SD-01	“Senado afasta Dilma do Planalto. E interrompe o projeto de poder petista”.	Revista <i>Veja</i>
SD-02	“Presidente ficará fora do cargo por até 180 dias, prazo que a Casa tem para julgá-la em definitivo. Suas chances de voltar ao posto estão cada vez mais distantes”.	Revista <i>Veja</i>
SD-03	“Por 55 votos a 22, sem abstenções, os senadores decidiram que a petista deve ser julgada por crime de responsabilidade”.	Revista <i>Veja</i>
SD-04	“O resultado representa muito mais: com a possibilidade de que Dilma se safe na votação final hoje muito distante, a Casa começou a pôr fim à era PT no comando do país”.	Revista <i>Veja</i>
SD-05	“Havia desistido de descer a rampa do Planalto após receber a notificação oficial de seu afastamento. Julgou que isso prejudicaria seu discurso de ‘resistência contra um golpe’ – discurso que planeja seguir martelando, ainda que lhe falte qualquer respaldo na realidade”.	Revista <i>Veja</i>
SD-06	“Diante das crises política, econômica e ética em que o governo Dilma submergiu o país, o afastamento da petista representa o primeiro passo rumo à re colocação do Brasil nos trilhos”.	Revista <i>Veja</i>
SD-07	“Os 13 anos do partido à frente do Planalto se encerram de maneira melancólica – com a legenda imersa em escândalos e incapaz de salvar uma presidente que, ao fim e ao cabo, cai por culpa de sua própria incompetência”.	Revista <i>Veja</i>
SD-08	“Dilma é afastada pelo Senado por 55 votos contra 22; Temer assume”.	<i>Carta Capital</i>
SD-09	“Afastamento pode durar até seis meses; se este placar for repetido na votação final, Dilma perderá o mandato definitivamente”.	<i>Carta Capital</i>
SD-10	“O Senado Federal aceitou, por 55 votos contra 22, a admissibilidade do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff”.	<i>Carta Capital</i>
SD-11	“Esta é a segunda vez em 24 anos que um presidente da República é afastado pelo Senado [...]. Em 2014, 22 anos após a queda, Collor foi absolvido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por falta de provas”.	<i>Carta Capital</i>
SD-12	“Após a confirmação da decisão do Senado, Dilma usou seu perfil no <i>Facebook</i> para chamar o afastamento de “golpe”.	<i>Carta Capital</i>
SD-13	“A ascensão de Michel Temer à Presidência pode propiciar um ambiente favorável para a chamada bancada Boi, Bala e Bíblia uma vez que preparam uma coleção de pautas polêmicas para serem aprovadas até 2018, muitas das quais não tiveram apoio do PT e do governo Dilma”.	<i>Carta Capital</i>
SD-14	“Começa agora a fase de instrução do processo no Senado, com produção de provas [...]. Se a maioria simples entender que há crime de responsabilidade, o parecer é votado novamente no plenário”.	<i>Carta Capital</i>

Fonte: Elaboração própria

Ao acionarmos a noção de sujeito em Pêcheux (1995), notamos que ele é constituído a partir do seu lugar na história e a instauração ideológica, o que significa um distanciamento do controle sobre o funcionamento de seus dizeres. Com efeito, notamos que a chamada da reportagem da *Veja*, em SD-01, o sujeito “Senado” é o agente ativo do discurso enquanto o sujeito interlocutor “Dilma” é agente passivo e sofre a ação de “afastamento” do Planalto.

Por outro lado, em *SD-08*, em *Carta Capital*, “Dilma” é o sujeito ativo e “Senado” o passivo no processo de afastamento, o que remonta uma escala de prioridades no que é mais tangível em termos de apreciação em cada formação discursiva de ambas as revistas. Além disso, a escolha do termo “contra” remete a uma ideia de “adversário” ou “oposição” para reforçar que o afastamento não foi consenso de todos os senadores.

Pode-se observar que a concepção de ideologia reiterada por Althusser (1970) situa os Aparelhos de Estado, neste caso o governo e a oposição, e os Aparelhos Ideológicos de Estado, os partidos políticos, como detentores de influências na produção de sentidos dos sujeitos em um grupo social. Constata-se esta afirmação em *SD-02*, uma vez que o dizer “cada vez mais distantes”, ao se referir ao cancelamento do processo, demonstra imparcialidade e tendência a contestação desse ato, o que não ocorre em *SD-09*, já que utiliza o termo “se” evidenciando uma remota possibilidade de o afastamento ser consumado.

Assim sendo, a visão que os sujeitos constroem sobre seus interlocutores também afetam as condições de produção, alterando as configurações de autorização dos dizeres (COURTINE, 2009). Percebemos esta afirmação no contraste entre *SD-03* e *SD-10*. Na primeira sequência, o sujeito produz um discurso incontestável e ressalta esse fator em “sem abstenções” de que o crime ocorreu de fato; no entanto, na segunda sequência, os termos “aceitou” e “admissibilidade do processo” enfraquecem a certeza do crime, tornando mais suave, assim, a hipótese do cometimento do crime.

Consideramos, ainda, que as condições de produção indicam as propriedades da formação discursiva de cada sujeito, uma vez que as conjunturas das ideologias destacadas são determinadas pelo momento histórico-político em questão (PÉCHEUX, 1995).

Logo, analisamos que o enunciado “Dilma se safe na votação”, em *SD-04*, revela uma oposição ao sujeito Dilma que insinua uma ação que já se repetira anteriormente; o que ocorre de forma oposta em *SD-11*, em que a menção ao processo de *impeachment* de Collor, há 24 anos, que além de ser um acontecimento raríssimo na história do Brasil, ainda não foi consumado, “foi absolvido pelo STF”. Trata-se de um efeito de memória em que o sujeito rebusca a absolvição do presidente afastado em 1992 como possibilidade de uma possível semelhança da situação daquele momento presente, em caso de cassação.

Em *SD-05*, o sujeito do discurso explicita uma posição partidária contrária à corrente petista ao proferir “discurso que planeja seguir martelando” que retrata de uma possível ineficaz tentativa de convencimento de um “golpe de estado”; já que este mesmo objeto, o “golpe”, é mencionado pela *Carta Capital*, em *SD-12*. No entanto, pode-se dizer que a revista *Carta Capital* dá “voz” ao sujeito Dilma no discurso, trazendo-o de forma direta para ressignificar o processo de afastamento como “golpe”.

Ademais, outras estratégias são percebidas no *corpus* que fazem surgir discursos anteriores, o *pré-construído*, para utilizar como “matéria-prima” e compor a estrutura da formação discursiva (MALDIDIER, 2003). Analisamos esta instância em duas sequências discursivas. Primeiramente, em *SD-06*, o sujeito se nutre de discursos *pré-construídos* para articular os seus dizeres ao reativar um histórico político negativo e ineficiente do partido, como em “diante das crises política, econômica e ética em que o governo Dilma submergiu o país”; por outro lado, em *SD-13*, o sujeito utiliza os discursos ditos sobre um histórico de apreensão e imobilidade que o partido petista sofrera com uma determinada bancada, “Boi, Bala e Bíblia”, que dificultariam a

governabilidade de Dilma e resultaria em problemas estatais, como em “coleção de pautas polêmicas”.

Por último, como afirma Orlandi (2010), os vestígios de uma memória social não se mostram transparente nos dizeres, pois apresentam relações equívocas nos sentidos, o que tem como consequência a tendência a determinadas formações ideológicas. Percebemos esta colocação em duas sequências discursivas analisadas. A primeira, *SD-07*, restaura a memória social de que os treze anos de governabilidade petista foram compostos por “escândalos” e “incompetência”; já em *SD-14*, o sujeito menciona a expressão “produção de provas”, o que torna insustentável qualquer acusação à presidente, pois a falta de provas caracteriza um partido isento de “escândalos” ou “incompetência” no que se refere ao crime de responsabilidade.

Mediante as breves análises apresentadas, consumamos que os sujeitos em *Veja* e *Carta Capital* são constituídos a partir de formações discursivas contrárias, reforçadas por articulações de discursos históricos, sociais e ideológicos. Ainda, constatamos nas investigações das formações discursivas que não há imparcialidade em ambas as reportagens recortadas, no que diz respeito ao tratamento dado ao mesmo sujeito e objeto, Dilma Rousseff e o *impeachment*, respectivamente. Ademais, ressalta-se que é possível afirmar que não há discurso imparcial, pois considerar que a mídia jornalística é imparcial é um efeito do funcionamento da ideologia. Sendo um posicionamento, considera-o da ordem do ideológico (MUSSALIM; MENDONÇA, 2008), fator que dificulta a neutralidade discursiva.

Considerações finais

Este estudo teve por objetivo realizar uma análise comparativa entre duas reportagens contidas nas revistas *Veja* e *Carta Capital*, veiculada no ano de 2016 e que tratam do afastamento da ex-presidente Dilma Rousseff, no seu processo

de *impeachment*, temática que se tornou bastante discutida a partir de seu segundo mandato, em 2015, e que as mídias, em todas as suas esferas, acompanharam esses acontecimentos e narraram os fatos de maneiras distintas segundo as ideologias às quais se vinculam. O objetivo deste estudo foi elucidar as formações discursivas materializadas nas referidas reportagens, em que a nossa hipótese apontava para uma suposta divergência de opinião, ainda que se trate de texto informativo e seu caráter seja de informar, sem um posicionamento efetivo do sujeito escritor.

Assim, pensar em um veículo midiático, neste caso, a revista digital, enquanto um produtor de dizeres em que se articulam sentidos de cunho partidário-ideológico, que instaura um sujeito que se constitui segundo determinadas condições de produção que revelam o posicionamento sócio-histórico-ideológico tangível pelas suas formações discursivas vigentes. *Veja* e *Carta Capital* não compartilharam de uma mesma formação ideológica ao tomarem o partido de Dilma Rousseff como objeto e, por mais que não seja possível identificar explicitamente nos dizeres essas contradições, as materialidades dos discursos apontam manifestações ideológicas. Essas formações distintas em relação ao mesmo objeto estão na esteira teórica pechetiana, em que as palavras mudam de sentido de acordo com as posições daqueles que as empregam.

Referências

ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos do estado. Lisboa: Presença, 1970.

BORGES, L. et al. Senado afasta Dilma do Planalto. E interrompe o projeto de poder petista. Revista *Veja*, São Paulo: Editora Abril, Edição de 12 de maio de 2016. Disponível em:

<<https://veja.abril.com.br/politica/senado->

afasta-dilma-do-planalto-e-interrompe-o-projeto-de-poder-petista/>. Acesso em: 15 março 2020.

CAMARGO, M. Dilma é afastada pelo Senado por 55 votos contra 22; Temer assume. Carta Capital, São Paulo: Editora Confiança, Edição de 12 de maio de 2016. Disponível em:

<<https://www.cartacapital.com.br/politica/dilma-e-afastada-pelo-senado-por-55-votos-contra-22-temer-assume/>>. Acesso em: 15 março 2020.

COURTINE, J-J. A noção de “condição de produção do discurso”. In:_____. Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EDUFSCAR, 2009. p. 45-68.

COURTINE, J-J. Memória e discurso. In:_____. Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EDUFSCAR, 2009, p. 103-106.

FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FUCHS, C; PÊCHEUX, M; A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethania S. Mariani et al. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 159-249.

MALDIDIER, D. A Inquietação do Discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Fontes, 2003.

MUSSALIM, F; MENDONÇA, M. C. Apontamentos acerca da crença na neutralidade do discurso: em pauta a problemática da produção de sentidos. In: FIGUEIREDO, M. F; MENDONÇA, M. C.; ABRIATA, V. L. R.. (Org.). Sentidos em movimento: identidade e argumentação. 1ed. Franca: Ed. da UNIFRAN, 2008, v. 3, p. 127-148. Disponível em: <file:///C:/Users/Windows%207/Downloads/414-1222-1-PB%20(2).pdf>. Acesso em: 27 out 2020.

ORLANDI, E. P. Análise de Discurso: princípios e

procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. P. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre et al. Papel da memória. Trad. José Horta Nunes. 3. ed. São Paulo: Pontes, 2010, p. 59-67.

PÊCHEUX, M. O discurso: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 5. ed. São Paulo: Pontes Editores, 2008.

PÊCHEUX, M. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

SAUSSURE, F. Curso de Linguística Geral. 26. ed. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix: 1995.

Anexos

Anexo A – Reportagem da Veja

Senado afasta Dilma do Planalto. E interrompe o projeto de poder petista

Presidente ficará fora do cargo por até 180 dias, prazo que a Casa tem para julgá-la em definitivo. Suas chances de voltar ao posto estão cada vez mais distantes - Por Laryssa Borges, Marcela Mattos, Felipe Frazão, Eduardo Gonçalves e João Pedroso de Campos, de Brasília

Às 6h34 desta quinta-feira, o painel do Senado Federal confirmou o afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República. Por 55 votos a 22, sem abstenções, os senadores decidiram que a petista deve ser julgada por crime de responsabilidade. Mas o resultado representa muito mais: com a possibilidade de que Dilma se safe na votação final hoje muito distante, a Casa começou a pôr fim à era PT no comando do país. Os 13 anos do partido à frente do Planalto se encerram de maneira melancólica – com a legenda imersa em escândalos e incapaz de salvar uma

presidente que, ao fim e ao cabo, cai por culpa de sua própria incompetência. Diante das crises política, econômica e ética em que o governo Dilma submergiu o país, o afastamento da petista representa o primeiro passo rumo à re colocação do Brasil nos trilhos. Mas exigirá do peemedebista Michel Temer que se coloque à altura do desafio: afinal, a saída de Dilma não tem o condão de sanar o atoleiro econômico do país. Ou de reduzir o justo descontentamento nacional com a classe política diante dos escândalos que há dois anos a Operação Lava Jato começou a desvendar. Será uma dura missão para Temer.

Dilma pode ficar até 180 dias afastada do comando do país, enquanto o Senado se volta ao julgamento do processo que tramita contra ela. Segundo a expectativa do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), contudo, em até quatro meses a petista enfrentará a derradeira votação – aquela do plenário da Casa, que pode resultar em seu impeachment e inelegibilidade por oito anos.

Reclusa nos palácios da Alvorada e do Planalto, a presidente acompanhou com os poucos aliados que lhe restam as mais de 20 horas de discursos no plenário do Senado. **Havia desistido**, ainda na terça-feira, de descer a rampa do Planalto após receber a notificação oficial de seu afastamento. Julgou que isso prejudicaria seu discurso de ‘resistência contra um golpe’ – discurso que planeja seguir martelando, ainda que lhe falte qualquer respaldo na realidade. Dilma ameaça recorrer à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos e seguir apelando ao Supremo Tribunal Federal – que já lhe impôs uma sucessão de derrotas. Ambas as empreitadas devem ser em vão. Os ministros do STF foram justamente os responsáveis por definir o rito do impeachment ora seguido pelo Congresso. Sem que o governo tenha levantado argumentos que justificassem uma revisão das decisões dos parlamentares, negaram

todos os recursos já impetrados até aqui pelo governo contra o processo, **incluindo o mandado de segurança apresentado na terça-feira**.

Ao negar o recurso, o ministro Teori Zavascki utilizou-se de um argumento que indica as escassas chances de vitórias futuras do governo na judicialização do impeachment. “Não há base constitucional para qualquer intervenção do Poder Judiciário que, direta ou indiretamente, importe juízo de mérito sobre a ocorrência ou não dos fatos ou sobre a procedência ou não da acusação. O juiz constitucional dessa matéria é o Senado Federal, que, previamente autorizado pela Câmara dos Deputados, assume o papel de tribunal de instância definitiva, cuja decisão de mérito é insuscetível de reexame, mesmo pelo Supremo Tribunal Federal. Admitir-se a possibilidade de controle judicial do mérito da deliberação do Legislativo pelo Poder Judiciário significaria transformar em letra morta o art. 86 da Constituição Federal”, escreveu o magistrado. À perdedora, resta o infrutífero discurso de vitimização. E do medo.

Na iminência de ver o processo de impeachment consolidado, a cúpula petista e a própria presidente agora afastada vituperaram, em uma versão ampliada do terrorismo eleitoral levado a cabo em 2014, que Michel Temer acabaria com programas sociais e cortaria direitos trabalhistas. Enunciado esperado de quem promoveu o aviltamento da Presidência da República, afundou o país em uma dolorosa crise econômica e insiste na retórica irredimível de que misteriosas “forças conservadoras” querem apeá-la do poder – apesar da maciça rejeição ao seu governo estampada nas pesquisas de opinião.

O impeachment, que deu mais um passo hoje com a aprovação em plenário do relatório do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), é um processo jurídico-político e no Congresso respeitou o amplo direito de defesa e o contraditório. O advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo,

apresentou em três ocasiões – apenas no Senado – a defesa da presidente contra as acusações de pedaladas fiscais e de maquiagem das contas públicas com a liberação de créditos suplementares. Em outras três, apresentou diante de deputados a defesa da petista nas sessões da Câmara.

Ao contrário do que insiste em afirmar no festival de inaugurações que promoveu no fim de seu governo, Dilma não está – como nenhum político eleito democraticamente – imune a questionamentos de legitimidade, mesmo com os 54 milhões de votos que as urnas lhe outorgaram em 2014. [...]

Anexo B – Reportagem da Carta Capital Dilma é afastada pelo Senado por 55 votos contra 22; Temer assume

Afastamento pode durar até seis meses; se este placar for repetido na votação final, Dilma perderá o mandato definitivamente - Redação — publicado 12/05/2016 09h25 - Marcelo Camargo/Agência Brasil

O Senado Federal aceitou, por 55 votos contra 22, a admissibilidade do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Após ser notificada da decisão, Dilma está afastada do cargo por até 180 dias e, nesse período, o vice Michel Temer (PMDB) assumirá interinamente a Presidência da República.

A sessão no Senado durou mais de 20 horas. Dos 81 senadores, 69 discursaram apresentando seus motivos para acatar ou não o pedido de impedimento. Se o placar for repetido na votação final, quando são necessários 54 votos a favor do *impeachment*, Dilma perderá definitivamente o cargo e ficará inelegível por oito anos.

A previsão é de que a notificação sobre o afastamento chegue ao Palácio do Planalto por volta das 10 horas da quinta-feira 12. Na sequência, Dilma deve conceder uma entrevista à imprensa. Após a confirmação da decisão do Senado, Dilma

usou seu perfil no Facebook para chamar o afastamento de "golpe".

Esta é a segunda vez em 24 anos que um presidente da República é afastado pelo Senado. Em 1992, o então presidente Fernando Collor de Mello renunciou antes do julgamento final na Casa, mas teve os direitos políticos suspensos por oito anos. Em 2014, 22 anos após a queda, Collor foi absolvido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por falta de provas.

A ascensão de Michel Temer à Presidência pode propiciar um ambiente favorável para a chamada bancada BBB (Boi, Bala e Bíblia). Forças altamente relevantes no Congresso mais conservador desde 1964, parlamentares evangélicos, ruralistas e ligados à segurança pública preparam uma coleção de pautas polêmicas para serem aprovadas até 2018, muitas das quais não tiveram apoio do PT e do governo Dilma.

Próximos passos

Começa agora a fase de instrução do processo no Senado, com produção de provas. Os trabalhos voltam para a comissão especial e, depois de ouvir especialistas e testemunhas convocados pela defesa e pela acusação, a comissão faz uma nova votação, dessa vez sobre o mérito do pedido de *impeachment*.

Nessa etapa, a própria presidenta poderá ser convocada. Se a maioria simples (11 senadores) entender que há crime de responsabilidade, o parecer é votado novamente no plenário. Para que o processo seja arquivado, bastam os votos da maioria simples presente – a votação só poderá ocorrer com quórum mínimo de 41 senadores.

Caso o plenário rejeite o processo, o *impeachment* é arquivado e Dilma reconduzida ao cargo. Se o plenário aceitar a continuidade do processo, tem início o julgamento, e a presidenta é notificada para apresentar novamente a sua defesa. Na fase de julgamento, são necessários 54 votos

favoráveis (dois terços dos senadores) para que a presidenta perca o mandato definitivamente.

Essa última sessão será conduzida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski. Se o *impeachment* não for aprovado, a presidenta será reconduzida ao cargo.

Submissão: setembro de 2020

Aceite: outubro de 2020.